

* CAPÍTULO 2 *

Um olhar sobre o movimento social global

“Um grama de ação vale uma tonelada de teoria”

Friedrich Engels

A emergência de um movimento social global

O processo de globalização hegemônica, neoliberal, tal como vimos no capítulo anterior, desencadeou uma série de alterações nas esferas da economia, da política e da cultura. O desenvolvimento da globalização hegemônica e a interação estabelecida com sua interface contra-hegemônica trouxeram alterações para a dinâmica da participação política, criando a possibilidade de se pensar tal participação dentro de uma dinâmica globalizada.

Não seria demasiado ponderar, uma vez mais, que nosso foco de análise se concentra no período inaugurado com o fim da bipolaridade e a emergência de “uma nova ordem mundial” hegemônica, majoritariamente, pela liderança mundial do governo estadunidense. Já tivemos a oportunidade, em trabalho anterior¹, de fazer o exercício de traçar a trilha percorrida pelo emergente movimento social global a partir da década de 90. Não será necessário repetir o mesmo esforço, mas, ao menos, sublinhar os elementos que consideramos essenciais para que hoje, uma década e meia após o início do movimento, nos aprofundemos nos estudos sobre a dinâmica da participação política globalizada, a emergência de um embrião de sociedade civil global e os desafios apresentados ao Estado-nação na atualidade.

¹ *A participação política na Era Global: o Fórum Social Mundial*. Monografia de graduação em Ciências Sociais – UFMG, 2003.

No capítulo anterior, enfrentamos alguns debates e assumimos algumas premissas de trabalho. Tais premissas nos conduzirão na tarefa de demonstrar que uma crescente internacionalização dos fóruns decisórios gerou uma demanda de participação política, muitas vezes não satisfeita pela representação governamental, razão pela qual proliferaram nos últimos anos o que aqui denominamos de “as dinâmicas da participação política globalizada”, sem que o Estado-nação perdesse sua centralidade, seja na condução de suas comunidades destino, seja como principal ator no “concerto entre as nações”.

Podemos resumir as já mencionadas premissas da seguinte maneira: estamos vivendo um processo de globalização fruto da expansão do capitalismo global, ou continuidade do imperialismo, mas não sem significativas peculiaridades que lhe conferem o status de uma nova era². Tal processo de globalização tem seu pólo hegemônico e sua contra-face, contra-hegemônica. Enquanto a globalização hegemônica se funda nos princípios do neoliberalismo e da difusão da democracia representativa liberal, a globalização contra-hegemônica difunde o ideário da radicalização da democracia e do despertar da participação política através da ação coordenada de movimentos sociais locais, nacionais e globais. A criação de dinâmicas globais de formulação de iniciativas e consensos entre estes movimentos sociais de várias partes do planeta sugere a emergência de um embrião de sociedade civil global. A emergência desta sociedade civil, coordenada em nível mundial, não se dá em relação a um Estado-mundial ou transnacional, mas em relação a uma governança global hegemônica. Através de alianças firmadas entre Estados centrais do sistema, mega-corporações e agências

² Ver capítulo 1 deste trabalho.

multilaterais em detrimento de Estados periféricos e subordinados é feita a condução deste pólo hegemônico. Consideramos, portanto, a centralidade do papel do Estado nacional no entendimento dos mecanismos da globalização contra-hegemônica.

Nas páginas a seguir, estaremos delineando as características do movimento social global, que, conforme dissemos, consideramos ser uma das colunas de sustentação da globalização contra-hegemônica, com forte influência no debate e na consecução de iniciativas no âmbito da democracia e da participação política. A articulação destes movimentos tem o potencial de criar as condições propícias para a emergência de uma sociedade civil global e revelar sua capacidade contra-hegemônica.

A exploração das contradições internas presentes na dinâmica do processo Fórum Social Mundial, que representa uma espécie de síntese dos movimentos da globalização contra-hegemônica, também será objeto deste capítulo, ajudando a compreender a essência dos movimentos que tentam hegemonizar a nascente sociedade civil global. Assim como, para compreender melhor as características do FSM e vislumbrar sua perspectiva futura.

Os novos movimentos sociais

Segundo Richard Falk³, os espaços democráticos disponíveis para resistir à globalização “vinda de cima” passaram a estar situados não somente no nível local, mas também no transnacional. Isto ficou bastante evidente a partir da década de 90. Os primeiros indícios desta redefinição surgiram com as movimentações da sociedade civil em eventos organizados por entidades internacionais. Assim foi durante as Conferências

³ *Globalização Predatória* (1999).

Temáticas organizadas pela ONU durante toda a década que findou o século XX, como a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992), a Conferência sobre Direitos Humanos de Viena (1993), a Conferência sobre População e Desenvolvimento no Cairo (1994), a Conferência sobre Desenvolvimento Social em Copenhague (1995), a Conferência sobre Mulheres e Desenvolvimento em Beijing (1995), a Conferência sobre Habitação e Desenvolvimento em Istambul (1996) e a Conferência Mundial contra o Racismo em Durban (2001).

De forma simultânea aos encontros e eventos paralelos às reuniões da ONU, e ao mesmo tempo impulsionados pelo seu sucesso, surgiram, através da coordenação de uma série de movimentos de várias partes do mundo, atividades de propósitos mais concretos na tarefa de imprimir derrotas significativas ao campo hegemônico da globalização. Dois eventos específicos são considerados marcos da emergência dos movimentos antiglobalização no final do século XX. A não aprovação do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1998, e o fracasso da “Rodada do Milênio” da OMC em Seattle (1999).

Segundo Emilio Taddei, os anos de 1997 e 1998, dariam a primeira vitória ao nascente movimento antiglobalização neoliberal. Foi uma organização transnacional, a “Global Trade Watch”⁴, que deu o alerta para o aparecimento dos primeiros esboços do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) que, em segredo, vinha sendo negociado no interior da OCDE, desde 1995. Com a divulgação desta negociação secreta sobre o que

⁴ “O Observatório de Comércio Global (Global Trade Watch/GTW) é uma divisão da Public Citizen, uma organização não governamental (ONG) dos Estados Unidos com 250.000 membros em âmbito nacional concentrada na defesa do consumidor. O GTW promove a democracia através do questionamento da globalização neoliberal, utilizando o argumento que o modelo de globalização atual não é inevitável”. Ver: <http://www.citizen.org/trade/portugues/index.cfm>.

seria a “nova bíblia” do capitalismo mundial, e caracterizado como um “Tratado Internacional dos Direitos dos Investidores”, ou como o “Documento Constitucional da Nova Ordem de hegemonia plena do capital transnacional” (TADDEI, 2001), começava a surgir uma primeira campanha transatlântica e internacional com rápida divulgação pela internet e envolvendo associações e ativistas, norte-americanos e europeus.

Uma coalizão de mais de 600 ONGs e organizações sociais lançou uma campanha de denúncia e pressão contra o acordo, que culminou em abril de 1998, data marcada para aprovação do acordo, na cidade de Paris. A Internet foi uma ferramenta fundamental para a constituição deste movimento. Segundo Naughton, as instituições da sociedade civil foram umas das primeiras a adotar a rede de comunicação digital e a usaram de forma exitosa e intensa para atingir seus objetivos, o que, segundo o autor, não surpreende dada a estrutura libertária e descentralizada da rede. Mantê-la aberta, livre, permissiva e sem controle externo passou a fazer parte do elenco de bandeiras destes movimentos que tanto dependem da rede (NAUGHTON, 2001).

Ativistas de mais de 30 países pressionaram pela não assinatura do acordo e esta foi adiada para o mês de outubro, quando a OCDE decidiu publicamente suspender as negociações, jogando todas as atenções sobre a Rodada do Milênio de Negociações da OMC, que ocorreria em seguida. Tal suspensão não aconteceu sem nenhum tipo de reação, em resposta o presidente da Câmara de Comércio Internacional, também presidente da Nestlé, desabafou:

O surgimento de grupos de ativistas ameaça enfraquecer a ordem pública, as instituições legais e o processo democrático. (...) É necessário estabelecer regras para esclarecer a legitimidade destas organizações não-governamentais ativistas,

que se proclamam representantes dos interesses de amplos setores da sociedade civil.⁵

Após a derrota sobre o AMI, se deu início à iniciativa política que ficou conhecida mundialmente como “A Batalha de Seattle”. Desde o princípio do ano de 1999, começaram os preparativos para o encontro que se daria em novembro, na cidade norte-americana de Seattle, a OMC realizaria a “Rodada do Milênio”, melhor entendida como um encontro para articulações e negociações entre representantes governamentais com a finalidade de estabelecer a regulamentação do livre comércio para um novo milênio. Uma declaração de membros da sociedade civil, que se posicionavam contra um “mercado global” circulou, basicamente pela internet, através da lista de discussões: *Stop WTO Round (Pare a Rodada da OMC)* e foi impulsionada por um grande número de organizações sociais, mais de 1500 entidades de cerca de 89 países aderiram à carta (TADDEI, 2001). Os preparativos incluíram, inclusive, treinamentos em técnicas de “protesto não violento” organizados pelo coletivo Direct Action Network (Rede de Ação Direta)⁶. Encenações e apresentações festivas também deram um tom irreverente ao protesto, que foi antecedido, a partir de 26 de novembro, por uma série de seminários, reuniões, colóquios e encontros, entre ativistas, associações e redes em sua maioria da Europa, Austrália, Índia, EUA, Canadá e com pouquíssima frequência da África, Ásia e América Latina.

⁵ Citação encontrada no texto *De Seattle a Porto Alegre – Passado, presente e futuro do movimento antimundialização neoliberal*. (TADDEI, 2001).

⁶ A Direct Action Network (DAN) é “uma coligação de grupos ambientalistas, de defesa dos direitos humanos, de teatro de rua, de justiça social, comprometidos com a ação direta não violenta e políticas radicais e visionárias.” Durante os preparativos de Seattle coordenou workshops de não-violência, de solidariedade nas prisões, bloqueios, construção de bonecos, envio de mensagens para a mídia, primeiros socorros e outros. Contrapõe-se a uma outra tendência existente nos movimentos antiglobalização expressada pelos “Black Block” favoráveis a destruição de propriedades privadas durante os protestos. Para maiores informações acessar: <http://www.geocities.com/projetoperiferia/seattle1.htm>.

A batalha propriamente dita se iniciou no dia 30, em que um gigante protesto tomou as ruas da cidade, bloqueando a entrada de hotéis e, sobretudo, do Centro de Convenções, onde se realizaria a abertura oficial do evento. A polícia reagiu de forma violenta e ficaram famosas as imagens dos manifestantes disfarçados de tartarugas verdes correndo pela cidade. A batalha se prolongou por toda noite e a tentativa de abertura fracassada já anunciava o que ainda estava por vir.

As diferenças se exaltaram também no interior da Cúpula quando representantes de países do “Terceiro Mundo” levantaram a voz perante os critérios de negociação impostos pelos países industrializados. Encontramos no relato de Walden Bello (2001) a seguinte citação da representante comercial dos EUA, Charlene Barshefsky,

o processo (...) era um tanto excludente. Todas as reuniões foram realizadas entre 20 e 30 países chaves (...). E isto significou que 100 países nunca entraram na sala (...). Isto levou a um sentimento extraordinariamente ruim de que eles estavam isolados do processo e que os resultados (...) foram ditados pelos 25 ou 30 países privilegiados que, de fato, estavam dentro da sala.⁷

Além disso, Washington se dispôs com a União Européia que queria debater temas como meio ambiente, investimentos, políticas de concorrência, etc. No dia 04 de novembro, foi anunciado, por amplos meios da imprensa mundial, o fracasso das negociações.

Seattle foi um marco na história dos movimentos sociais, primeiro por ter se dado no centro do Império Norte-Americano, colocando lado a lado antigos adversários da luta social norte-americana, como sindicalistas e ambientalistas. Mas, principalmente por colocar em xeque algumas certezas das elites dominantes, dentre elas a de que os únicos inimigos a serem enfrentados seriam os terroristas e os fundamentalistas nacionalistas e

⁷ Rodada de Imprensa: Seattle-Washington, 1999.

religiosos. Segundo Emir Sader, “os rebeldes da mundialização recuperam em Seattle a dimensão internacional da luta atual e abrem caminho para a consolidação de um novo projeto hegemônico”. As movimentações mundiais em torno da aprovação do AMI ou da rodada de negociações da OMC demonstram, de um lado, a tentativa de consolidação de uma espécie de governança global formada por Estados dominantes e agências multilaterais e do outro uma sociedade civil global que descobre seu potencial e dá materialidade para ações mundiais de expressão de seu pensamento e pressão sobre a elite dominante vigente (SADER, 2001).

Esta tensão revela como a dinâmica globalização hegemônica x globalização contra-hegemônica se expressa nos encontros globais que tem se tornado palco do conflito de interesses das duas tendências. Percebemos que mesmo dentro dos encontros oficiais, com a contraposição países hegemônicos e países subordinados, é possível apreender o conflito. Do lado de fora a expressão majoritária é dos movimentos sociais de várias matizes e várias partes do mundo que convergem em torno de temas considerados centrais e tentam difundirlos como valores contra-hegemônicos.

Além dos encontros paralelos às reuniões da ONU, das batalhas contra o AMI e a OMC, podemos citar outros eventos importantes que contribuíram para a consolidação de um bloco contra-hegemônico de participação política dentro da globalização e antecederam o surgimento do Fórum Social Mundial, como veremos a seguir na Tabela 1.

Onda de greves	Europa	Grandes manifestações contra o desemprego em todo o mundo, especialmente na França	1995
I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo	La Realidad Chiapas México	Iniciativa da EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional). Presença de mais de 40 países	1996
Marcha Européia contra o desemprego	Europa	Partindo de várias cidades européias culmina em Amsterdã com cerca de 50 mil manifestantes	1997
Surgimento da Aliança Social Continental – conjunto de organizações sindicais e sociais de toda a América	Belo Horizonte Minas Gerais Brasil	Por ocasião da III Cúpula Sindical paralela à Cúpula Ministerial da Área de Livre Comércio da América.	1997
Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo	Barcelona Espanha	Dá início à campanha: Ação Global dos Povos	1997
Criação da Coalizão Jubileu 2000.	Várias partes do mundo católico	Dá início à campanha pelo cancelamento da dívida externa dos países dependentes	1997
I Conferência Mundial de Ação Global dos Povos	Genebra – Suíça	Propõe estabelecer uma coordenação e comunicação entre as resistências contra o mercado global	1998
Cúpula dos Povos das Américas	Santiago - Chile	Paralela à II Cúpula Presidencial das Américas que teve como principal debate a criação da ALCA	1998
I Dia de Ação Global dos Povos	Birmingham – Inglaterra	Por ocasião do II Encontro Anual do G8 e do II Encontro ministerial da OMC. São realizadas atividades em várias partes do mundo	1998
Surgimento da ATTAC	Paris – França	Por iniciativa, entre outros, do <i>Le Monde Diplomatique</i>	1998
“Outro Davos”	Zurich – Suíça	Em oposição à reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos	1999
II Dia de Ação Global dos Povos	Várias partes do mundo	Protestos e manifestações em vários países majoritariamente europeus.	1999
Encontro internacional “Um mundo possível”	Paris – França	Por iniciativa da ATTAC, Comitê pela Anulação da Dívida e Fórum Mundial de Alternativas	1999
II Conferência Mundial de Ação Global	Banglore – Índia	Dá prosseguimento a coordenação de campanhas de resistência	1999

Tabela 1⁸

⁸ Montada com base em dados do livro Resistências Mundiais – De Seattle a Porto Alegre (2001) e pesquisa na internet.

Ter a dimensão precisa da ocorrência destes eventos nos ajudará a delinear o que estamos entendendo como o extrato da dinâmica estabelecida entre a internacionalização dos fóruns decisórios e a proliferação de espaços e formas de participação política global. Um estudo realizado por Mario Pianta (2001) aponta alguns dados importantes que reforçam nossa perspectiva. Segundo Pianta, as principais características das reuniões e encontros da “governança global” têm sido: a) definição dos temas de maior relevância supranacional, por exemplo a ECO 92, que estabeleceu o meio ambiente como assunto de prioridade mundial; b) estabelecimento de regras para políticas nacionais em áreas de relevância internacional como segurança, comércio, meio ambiente e novas tecnologias, por exemplo a Conferência da OMC de Singapura (1998), que definiu regras para um novo sistema de livre comércio; c) definição de direcionamento a políticas adotadas em nível nacional, como por exemplo o FMI tem orientado a adoção de privatizações de empresas estatais e redução de gastos públicos; d) capacidade de “enforcement” ou “capacidade de fazer cumprir”, principalmente sobre os países menos poderosos e mais dependentes, por exemplo os embargos econômicos ou ações militares contra Cuba e Iraque (PIANTA, 2001).

Ainda segundo Pianta, os participantes oficiais destas conferências são profissionais diplomáticos e representantes oficiais de governos. Sendo que, na maioria das reuniões de “cúpula”, com exceção de algumas da ONU, se reflete um forte desequilíbrio entre os Estados, restando, na maioria das vezes, aos Estados Unidos e aos países mais ricos o domínio sobre vários processos decisórios, o que revela não somente um problema de forma, mas de estabelecimento de temas prioritários a serem tratados mundialmente. Em contraposição, têm surgido atores determinantes, através dos movimentos sociais e redes de organizações, em sua maioria, centrados em torno de temas tais como a paz,

direitos humanos, solidariedade, desenvolvimento, meio ambientes e mulheres, que desenvolvem uma capacidade de pautar problemas de ordem global, criar redes de informação, encontrar soluções locais autopromovidas e passam a interagir de uma forma nova em espaços de poder supranacionais (PIANTA, 2001).

São estas organizações que criaram as chamadas “reuniões paralelas” e as “contracúpulas”, com o objetivo de confrontar as conferências dos Estados e organizações intergovernamentais, tal como visto na Tabela 1. Seu papel tem sido o de configurar eventos desafiadores da legitimidade destas conferências, confrontar delegações oficiais, dar visibilidade à sociedade civil global emergente, resistir às políticas neoliberais e propor soluções alternativas aos problemas globais. Mario Pianta define estes encontros como: a) são organizados por grupos nacionais e internacionais, de forma independente de Estados e empresas; b) coincidem com encontros oficiais de governos e instituições internacionais; c) tratam dos mesmos assuntos dos encontros oficiais, com uma perspectiva crítica às políticas dos governos e empresários; d) utilizam os recursos da informação e análise pública, através de mobilização política, protestos e propostas de alternativas; e) acontecem com ou sem um contato formal com os encontros oficiais (PIANTA, 2001).

O estudo realizado por Pianta, que tomou 61 eventos paralelos às conferências oficiais, revelou mais alguns dados importantes para este trabalho, dos quais destacamos o aumento em 40% de eventos paralelos desde a década de 80 até o ano de 2001, sendo que destes, 30% surgem depois dos eventos de Seattle. Destes encontros, 76% acontecem na Europa (53%) e América do Norte (23%). A distribuição por tipos de encontros se dá com 27% de atividades em Conferências da ONU, 20% em Cúpulas do

G7/G8, 16% em encontros do FMI/BM/OMC, 11% em encontros regionais como os da UE e os da OEA e 26% em outras atividades. As organizações promotoras dos eventos são, em sua maioria, nacionais (grande parte do país-sede do evento), seguidas de organizações internacionais e locais, sindicatos de trabalhadores e autoridades locais. Os principais campos de atividades e concentração destas organizações estão, de forma decrescente, relacionados com: desenvolvimento, economia, meio ambiente, direitos humanos, trabalho e emprego, democracia, paz e resolução de conflitos, gênero, assistência humanitária, estudantes e juventude, imigrantes e refugiados, religião, homossexualismo e outros (PIANTA, 2001).

É interessante notar, no estudo de Pianta, o dado de que as organizações promotoras dos eventos antiglobalização são em sua maioria nacionais, geralmente do país-sede da atividade em curso. Isto indica que os espaços nacionais continuam sendo os cenários concretos da disputa pela hegemonia, mas a análise da correlação de forças passa, obrigatoriamente, por uma percepção da dinâmica transnacional porque, com os encontros entre governança global e ativistas antiglobalização, em determinados momentos uma nação se transforma em arena do jogo global.

Segundo Emir Sader, a análise da correlação de forças entre o campo hegemônico e o contra-hegemônico ganha novas referências, pois nos dias de hoje não será somente através dos critérios tradicionais como representação nos parlamentos nacionais, força dos sindicatos, força dos partidos, número de greves e etc. que se poderá obter um mapa real da força de cada campo. Com a consolidação das instâncias supranacionais de poder dirigidas pela elite mundial, a difusão dos meios de comunicação de forma globalizada e, conseqüentemente, uma maior facilidade de geração de consensos

mundiais passa a ser necessário medir como se dá, também de forma global, o processo de resistência a essa dinâmica e a construção de alternativas, mas não como uma somatória de realidades nacionais (SADER, 2001). Vejamos como o Fórum Social Mundial representa uma espécie de síntese desse processo.

O Fórum Social Mundial

O primeiro evento do Fórum Social Mundial ocorreu entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre, mas o seu processo tem início nos anos anteriores e de forma muito mais sistêmica do que factual, como veremos. O debate sobre sua origem e “paternidade”, que é uma polêmica aparentemente caprichosa, tem muito a nos dizer sobre as tendências que disputam, em seu interior, a sua condução.

No livro *O desafio do Fórum Social Mundial*, de Francisco Whitaker (2005), é feito um relato de como se deu a criação do Fórum Social Mundial, idealizada por ele próprio, o autor, membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz, e Oded Grajew, ex-presidente da Fundação ABRINQ (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), membro do Instituto Ethos e do CIVES (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania). Segundo Grajew, no prefácio do livro, seu mérito não foi o de “ter tido a idéia”, em fevereiro de 2000, de criar o Fórum Social Mundial, mas de dar oportunidade de que “as idéias apareçam”. Foi assim, então, que “apareceu” a idéia de que, se existe o Fórum Econômico Mundial, deveria existir também o Fórum Social Mundial para que cada pessoa pudesse e devesse optar entre as duas visões de mundo expressas por esses encontros. Isto é, uma sociedade em que as pessoas são instrumentos dos interesses econômicos, são apenas produtoras e consumidoras, e uma sociedade em que a

economia é um instrumento para promover o bem estar de todos e em que as pessoas são, acima de tudo, cidadãs. O surgimento do FSM demonstraria, portanto, que as escolhas entre

o “velho” e o “novo” mundo não são apenas entre o neoliberalismo e o socialismo, entre democracia e ditadura, entre guerra e paz, mas também, no nosso universo pessoal e político mais próximo, entre solidariedade e competição, lealdade e traição, respeito e descaso⁹.

Foi com essa idéia na cabeça que, Francisco Whitaker e Oded Grajew, em Paris, procuraram Bernard Cassen - diretor do jornal *Le Monde Diplomatique* e presidente da ATTAC - para saber se podiam contar com a adesão das redes implicadas na organização dos eventos antiglobalização, como o de Seattle, para materializar um Fórum Anti-Davos. A idéia era realizar o encontro na França, ao que Cassen reagiu insistindo que fosse na cidade de Porto Alegre no Brasil. Aqui está instalada a polêmica caprichosa a que nos referimos. No seu livro *Tudo começou em Porto Alegre*, Bernard Cassen (2003) faz também um relato sobre essa primeira reunião que teria dado origem ao FSM.

Mas, segundo Whitaker e Grajew, “ele parece assumir toda a autoria da idéia do Fórum”. Cassen faz um relato de que, na verdade, foi ele que teve a idéia de que o Fórum fosse “Social”, organizado na periferia do capitalismo, em uma cidade como Porto Alegre, administrada por um partido de esquerda como o PT, aliando a força da sociedade civil com a de governos comprometidos com o ideário antineoliberal. Enfim, não importa a polêmica instalada sobre qual foi a mente iluminada que gerou a idéia do Fórum e quem inventou qual aspecto do Fórum (local, características, participantes), mas o quanto a existência desta polêmica nos ajuda a observar as tensões presentes no FSM, desde a sua origem, e que são, portanto, constitutivas do seu edifício.

⁹ Oded Grajew no prefácio ao livro *O desafio do Fórum Social Mundial* (WHITAKER, 2005).

A primeira tensão, então, será a existente entre os que pensam que o FSM tem paternidade, local de nascimento e consangüinidade, e aqueles que defendem uma paternidade coletiva, já delineada ao longo dos acontecimentos que emergiram na segunda metade da década de 90¹⁰, que criou as condições objetivas para que o encontro nascesse como um dos grandes inventos políticos do início do século. Esta tensão se multiplicará ao longo desses cinco anos de história do Fórum Social Mundial revelando duas tendências claramente distintas que disputam a hegemonia no interior do Fórum e que representa também, na nossa opinião, um enfrentamento existente dentro do bloco contra-hegemônico que disputa com o hegemônico a influência sobre a emergente sociedade civil global. Discutir estas tensões nos ajuda a ter uma concepção mais realista e menos idealizada da sociedade civil, assim como de suas potencialidades e limites na atualidade.

Antes de entrarmos no debate das tensões propriamente ditas, talvez fosse necessário discorrer um pouco sobre as características centrais do FSM. Não o faremos em detalhe dado que este levantamento já foi por nós realizado em trabalho anterior¹¹ e o terceiro capítulo se dedica à análise das características dos eventos, especialmente das duas últimas edições. Segundo Whitaker, o FSM rapidamente se tornou a principal iniciativa política dos últimos tempos. Seu sucesso estaria na oportunidade de sua proposta: iniciar uma fase “propositiva” de luta. Aliado a esta nova proposta, estaria também o fato do encontro permitir a experimentação de uma prática política coerente com o tipo de sociedade, igualitária e democrática, que se pretende construir como alternativa ao

¹⁰ Ver Tabela 1 neste Capítulo.

¹¹ *A participação política na Era Global: o Fórum Social Mundial*. Monografia de graduação em Ciências Sociais – UFMG, 2003.

modelo de socialização humana, baseada nas relações de mercado, difundida pela globalização neoliberal. Ainda segundo o autor, o FSM se baseia na “horizontalização” das estruturas, agora em forma de rede, no “desbloqueio” da ação política e no resgate da utopia como fonte do entusiasmo. Para o seu êxito, no entanto, é necessário, em face de uma dominação planetária,

(...) que sua proposta se espalhe pela superfície do planeta e se enraíze localmente em todos os lugares com a urgência exigida pelos riscos que a humanidade corre. É preciso que em todos os países a ação política seja desbloqueada e ganhe, o mais rapidamente possível, uma eficácia realmente transformadora. Só assim poderemos estancar a violência das tendências militarizantes e do terrorismo que pretende combater a dominação e assegurar a continuidade da vida na terra (WHITAKER, 2005).

Seguindo o raciocínio do autor, o FSM estaria cumprindo uma série de funções que somente ele, dado seu modo de organização, poderia cumprir. Em primeiro lugar, estaria abrindo espaço para o surgimento ou a consolidação de um novo ator político: a sociedade civil, em cada país e em nível planetário; e estaria indicando, pelo próprio modo de organizar e realizar os fóruns, o caminho para o fortalecimento da sociedade civil: o estabelecimento de relações horizontais entre as organizações que dela participam, numa prática de reconhecimento e aprendizado mútuo, cooperação e articulação, em vez de competição e disputa por hegemonia. Em segundo lugar, estaria revelando que, para mudar o mundo, são necessárias ações políticas diversificadas, mais além da simples contestação e resistência e da própria tomada do poder. Essas ações devem se desenvolver também e especialmente de dentro para fora e de baixo para cima das sociedades com a participação e a criatividade de todos os seus membros, a partir de suas necessidades concretas.

O autor considera que essas mudanças já estariam em curso, sem a necessidade de esperar por modelos completos e ideais de sociedade propostos ou impostos de cima

para baixo. Em terceiro lugar, ele estaria abrindo espaço para o aprendizado de uma ação política que respeita a diversidade e o pluralismo, que não luta pelo poder como poder, mas por seu exercício como serviço, na certeza de que os meios usados moldam os fins alcançados. O FSM ensina, segundo Whitaker, que um mundo novo não pode ser construído com as práticas do mundo velho que se quer superar e que, portanto, passa a ser necessário construir uma nova cultura política (WHITAKER, 2005).

Deste modo, o FSM cumpriria, na luta pela mudança, um papel unicamente intermediário e a aceitação desse caráter intermediário e instrumental do Fórum seria condição essencial para que sua continuidade possa ser assegurada. O autor apresenta no livro as condições que crê sejam necessárias para que, por intermédio do FSM, surjam, livre e democraticamente, o maior número possível de propostas e iniciativas que possam ajudar a construir o outro mundo possível. Pois, segundo ele, ainda estariam vivas nas cabeças e nos corações das pessoas as práticas políticas até agora utilizadas nas lutas desenvolvidas ao longo do século passado para a superação da dominação do capital. Essas seriam “práticas velhas”, superadas, que não cabem no projeto dos construtores do “outro mundo” da atualidade (WHITAKER, 2005).

Os parágrafos anteriores expressam a concepção de Fórum Social Mundial de um de seus fundadores e que integra, na nossa opinião, a tendência dos “horizontalistas” na disputa interna pela condução do Fórum, como veremos mais adiante. De forma, a nosso ver, mais realista e menos utópica, podemos conceber o FSM como o resultado de um acúmulo de forças do campo contra-hegemônico através da iniciativa política de enfrentar a globalização hegemônica no discurso ideológico, da prática política alternativa e da realização dos diversos encontros antiglobalização como dispostos na

Tabela 1. Após sua primeira convocatória oficial, lançada em junho de 2000, durante a “Cúpula Social Alternativa” paralela à “Cúpula Social” das Nações Unidas, em Genebra, surge o encontro Anti-Davos, ou seja, o “anti-Fórum Econômico Mundial”, que acontece todos os anos em Davos na Suíça, reunindo grandes chefes das finanças e da indústria mundial há mais de trinta anos. Outros encontros paralelos a Davos já vinham ocorrendo ao longo dos últimos anos da década de 90, como vimos anteriormente, mas este, que foi chamado de Fórum Social Mundial, ganhou uma dimensão superior por reunir as características que veremos a seguir.

Segundo Emilio Taddei,

A "primavera" de Porto Alegre se alimentou e deu conta tanto do movimento internacional antineoliberal, (...) como também do crescimento do protesto social na América Latina; e também, o espírito da esquerda social e política brasileira e, neste último caso, em especial da gestão municipal e estadual do PT gaúcho. Estes três fios se juntaram para tornar possível o Fórum (TADDEI, 2001).

O FSM foi concebido, portanto, como uma tentativa de expressão e articulação de todas as lutas em curso na escala mundial. A cidade escolhida para ser a sua sede foi Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, no Brasil, que havia se consolidado mundialmente como modelo de gestão democrática e popular. Através da difusão das características do Orçamento Participativo¹², a cidade se transformou em símbolo da possibilidade de buscar e realizar inovações democráticas participativas, dentro dos marcos da hegemonia da democracia representativa liberal, através do exercício de políticas públicas com a participação da sociedade civil e de partidos políticos.

¹² Orçamento Participativo é o nome que se dá à política pública implementada por algumas prefeituras no Brasil, que tem como finalidade destinar um montante dos recursos públicos para que a própria população, através de assembléias, decida sobre a sua utilização.

Outro autor que busca compreender de forma mais sistêmica o fenômeno do FSM é Boaventura Santos, para quem

(...) o FSM é um fenômeno social e político novo. O fato de ter antecedentes não diminui a sua novidade, antes pelo contrário. O FSM não é um evento. Nem é uma mera sucessão de eventos, embora procure dramatizar as reuniões formais que promove (SANTOS, 2005).

A novidade política do FSM, para Santos, é não estar estruturado de acordo com qualquer dos modelos de organização política moderna, seja ele o do centralismo democrático, o da democracia representativa ou o da democracia participativa. Ninguém o representa ou está autorizado a falar e, muito menos, a tomar decisões em seu nome, ainda que ele seja concebido como um Fórum que facilita as decisões dos movimentos e das organizações que nele participam. O que é novo no FSM é o fato de ser inclusivo, no que diz respeito quer a sua escala, quer à sua temática. O que é novo é o todo que ele constitui, não as partes que o compõem. O FSM é global na forma como acolhe os movimentos locais, nacionais e globais, e no fato de ser intertemático e até trans-temático (SANTOS, 2005).

O problema de estudar estes novos movimentos sociais, aponta o sociólogo, é que, a fim de fazer uma interpretação justa, nós precisamos de uma nova teoria social e de novos conceitos analíticos. O risco da sub-teorização e desvalorização é grande. O autor vai mais longe afirmando que o FSM desafia não só as teorias políticas dominantes, mas as várias disciplinas das Ciências Sociais convencionais ou ainda a idéia de que o conhecimento científico é o único produtor de racionalidade política e social. Entendemos que o autor está se referindo, principalmente, ao arcabouço teórico e científico formulado no “norte” e que, muitas vezes, não se aplica de forma mecânica às distintas realidades dos países do sul. Em seu livro *Fórum Social Mundial: Manual de uso*, Santos busca abordar o FSM como uma utopia crítica, epistemologia do sul e

política cosmopolita emergente, tentando romper as barreiras teóricas ao estudo desta nova realidade (SANTOS, 2005).

As tensões presentes no processo Fórum Social Mundial

Escolhemos como foco prioritário de nossa análise, nesse desafio de decifrar a estrutura do FSM e seu caráter de “novidade política” reveladora do potencial de uma sociedade civil global, algumas tensões presentes no seu processo e que se materializam através das seguintes polêmicas: a) o Fórum é “espaço” ou é “movimento”? b) partidos políticos devem ou não participar oficialmente do Fórum? c) o Fórum realmente é mundial?

Escolhemos essas três questões que consideramos mais relevantes no debate em torno do FSM e do seu papel no contexto da contra-hegemonia, mas outras polêmicas existem, como, a já mencionada, sobre o surgimento da “idéia original” do Fórum ou a que versa sobre a sua sustentabilidade ao longo do tempo, ambas estão inter-relacionadas com as polêmicas escolhidas como centrais. Ao nos aprofundarmos no debate sobre estas polêmicas esperamos poder encontrar referências mais sólidas das características da globalização contra-hegemônica. Já sabemos que ela constitui um campo de tensionamento e contradições, a própria existência das polêmicas aponta para isso, agora queremos compreender se é com a consolidação de um Fórum como espaço ou como movimento que o potencial contra-hegemônico desse campo se consolidará. Se a presença ou a ausência dos partidos políticos no Fórum influenciará na sua capacidade mobilizadora e formuladora de contra-hegemonia. Se a representação internacional do

Fórum expressa a real mundialização do movimento social global e do embrião de sociedade civil global que conduz a globalização contra-hegemônica.

Em torno das polêmicas, duas tendências principais se posicionam buscando hegemonizar a condução do processo. Denominemos arbitrariamente a primeira de “horizontalista” e a segunda de “movimentista”, apenas para efeito didático de entendimento. A primeira tendência, horizontalista, se proclama inventora do FSM e representante de uma “nova geração política”, livre dos vícios dos movimentos e organizações sociais e populares que despontaram no século XX - sob a influência do movimento comunista internacional - e autora de uma nova cultura política. Como principais representantes desse campo estão as já citadas organizações brasileiras CBJP e CIVES, e seus pares no plano internacional que são, entre outros, setores da ATTAC, Oxfam Internacional, Public Citizen e várias redes e organizações formadas majoritariamente por ONG’s, e com forte vínculo com o empresariado e o terceiro setor em geral. A linha de pensamento defendida pelos horizontalistas, balizada na idéia do FSM como espaço horizontal, sem participação de partidos e governos e já amplamente mundializado, tem assumido uma posição hegemônica na condução dos encontros e do processo desde o seu princípio. O trunfo da “idéia original”, não raramente, é sacado das mangas no enfrentamento com a outra tendência que tem ameaçado sobremaneira esta liderança.

Portanto, na contramão dos horizontalistas, está o campo dos que denominamos previamente de “movimentistas”. Sua composição não é nada homogênea e abriga todos aqueles, inclusive “horizontalistas”, que apostam em uma maior realização da capacidade propositiva e de resistência ao neoliberalismo engendrada pelo Fórum.

Como expressão maior desse campo está a Rede Mundial dos Movimentos Sociais - que surgiu no I FSM de uma iniciativa da CUT e do MST (e, por extensão, da Via Campesina), e de diversos grupos com um papel protagonista na luta mundial contra a globalização, como a CLACSO, alguns comitês da ATTAC, a Confederação Camponesa da França, a Marcha Mundial das Mulheres, as marchas européias de desempregados, o Jubileu sul, a Aliança Social Continental, a OCLAE, a campanha “50 Years is Enough!”, a Focus On The Global South – que, desde o primeiro Fórum em 2001, potencializa os encontros do FSM discutindo e aprovando documentos em torno de um calendário de lutas, subscrito por centenas de entidades.

O “enfrentamento” das duas tendências se dá nos espaços decisórios do Fórum, destinados principalmente à organização prévia do evento. A formação destes espaços decisórios se deu com o desenvolvimento inicial do FSM. Após a convocação do Fórum lançada em Genebra (2000), a partir das reuniões entre ATTAC, Le Monde Diplomatique, integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil, e outras entidades brasileiras, se constituiu a secretaria internacional do FSM, composta pelas seguintes entidades: Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (CIVES); Associação Brasileira de ONG’s (ABONG); ATTAC-Brasil; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Central Única dos Trabalhadores – CUT; Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CNBB – Igreja Católica); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Esta secretaria permanece intacta até hoje. Mesmo com o fato de após o Fórum de Mumbai o comitê organizador indiano também tenha ganhado status de secretaria internacional, a sede oficial do FSM segue sendo coordenada pela secretaria sediada no

Brasil e todos os processos de captação financeira e estruturação das reuniões do Conselho Internacional passam pela secretaria internacional “brasileira”.

Durante o ano de 2001 o Fórum Social Mundial se consolidou mais ainda “institucionalmente”, foi criado um Conselho Internacional (CI), do qual fazem parte, entre outros, a ATTAC; a Focus on the Global South; a CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais); o Fórum Mundial de Alternativas; a OCLAE (Organização Continental Latino-americana de Estudantes); a Via Campesina; a Marcha Mundial de Mulheres; a rede 50 years is enough; o Jubileu Sul (Igreja Católica); o Fórum Social de Gênova; o CADTM (Comitê de Anulação da Dívida do Terceiro Mundo); as centrais sindicais CIOLS e CMT, e outras, completando cerca de 150 organizações (Anexo I). É importante ressaltar que mesmo com a criação do CI e sua posterior ampliação, não se alterou a composição da Secretaria Internacional, de oito entidades brasileiras, acima descrita. A composição do CI continua a mesma até os dias de hoje, com raríssimas inclusões, existe uma fila imensa de entidades e organizações candidatas a ingressarem no conselho. Além do Conselho Internacional, o FSM adotou uma “Carta de Princípios” (Anexo II) que passou a reger as atividades do Fórum.

Espaço ou movimento?

Expressando as linhas mestras do pensamento horizontalista, encontramos, o já citado livro, *O desafio do Fórum Social Mundial – um modo de ver*, de Francisco Whitaker (2005). Em passagem bastante marcante, o autor, ao tentar demarcar com o campo marxista, chega a reconhecer ser desrespeitoso nomear como “práticas do mundo velho” aquelas que levaram muitas pessoas a dedicarem suas vidas, com sacrifício pessoal

inclusive, para refletir e agir na tentativa de destruir o monstro capitalista, mas insiste na definição. Fazendo clara alusão ao comunismo e às práticas dos partidos revolucionários, o autor compara as tais “velhas práticas” a um polvo que está embaixo da mesa das novas propostas em curso, sempre ameaçando virar a mesa.

Daí, já é possível extrair o pensamento desse campo a respeito da primeira polêmica enunciada. Um dos braços desse polvo, que ameaça virar a mesa das novas práticas políticas, é a tentativa de transformar o Fórum em movimento, segundo Whitaker. Para o autor, ao transformar o Fórum em movimento se estará jogando fora um poderoso instrumento de luta que “fomos capazes de criar a partir da mais preciosa descoberta política dos últimos tempos: a força da articulação horizontal livre que explica tanto o sucesso de Porto Alegre, como o de Seattle e o das manifestações de 15 de fevereiro contra a guerra”. Deste modo, o FSM é um espaço e os espaços não tem líderes. Ele é só um lugar, fundamentalmente horizontal, como uma praça sem dono. A própria Carta de Princípios¹³ do Fórum expressa bem essa contraposição ao estabelecimento de qualquer tipo de direção ou liderança dentro dele: ninguém pode falar em nome do Fórum, não caberia falar em nome de um espaço, nem de seus participantes. Todos conservam seu direito de se exprimir e de atuar durante e posteriormente ao Fórum, segundo suas convicções, assumindo ou não posições e propostas que tenham apresentado ou sido apresentadas por outros participantes, mas nunca em nome do Fórum e do conjunto de seus participantes (WHITAKER, 2005).

A ênfase dos horizontalistas em demarcar que o Fórum é um espaço e não um movimento se dá principalmente como reação à força das assembleias e das declarações

¹³ Ver *Carta de Princípios* do FSM no Anexo II deste trabalho.

aprovadas pela Rede Mundial dos Movimentos Sociais no interior do FSM. As resoluções aprovadas em suas assembleias têm sido tão expressivas e contundentes que, não raras vezes, suas decisões são divulgadas pela imprensa e assumidas pelos próprios participantes do Fórum como as “decisões” de cada Fórum, causando um verdadeiro frisson entre os “horizontalistas”. Quanto à primeira polêmica, portanto, os “movimentistas” não temem que o Fórum deixe de ser eminentemente um espaço de articulação, caso algumas das decisões gestadas no seu interior sobressaíam como unificadoras e mobilizadoras de ação do conjunto dos participantes e dos que tem no Fórum uma referência. Pelo contrário, segundo eles, o Fórum se fortalece quando transcende os cinco dias de encontro anual, definindo agendas e lutas prioritárias que o mantenham vivo no decorrer do ano no âmbito local, nacional e mundial.

Santos também defende que o processo FSM será cada vez menos um evento ou conjunto de eventos, para passar a ser cada vez mais um processo baseado no trabalho de articulação, de reflexão e de planificação combinada de ações coletivas levadas a cabo pelas diferentes organizações e movimentos que integram o FSM, tal como faz a Rede Global dos Movimentos Sociais. E é justamente por este aspecto que podemos considerar o FSM como uma componente importante da globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2005).

Reforçando este caráter contra-hegemônico do FSM encontramos no discurso dos movimentistas a crítica de que

os Fóruns Sociais Mundiais giram sobre si mesmos, como extraordinários espaços de reunião de todos os que se opõem à globalização neoliberal, e de intercâmbio de experiências, mas sem capacidade de formular alternativas globais e partir para a construção do "outro mundo possível" (SADER, 2004)¹⁴

¹⁴ SADER, E. *Transformar a indignação em atos globais*. Jornal do Brasil, 08 de fevereiro de 2004.

Portanto, ainda segundo Sader, não basta que o FSM seja reconhecido pelo *New York Times* como “a outra superpotência” no período das manifestações contra a guerra no Iraque em fevereiro de 2003¹⁵, para que expresse de fato um campo contra-hegemônico. Mas seria necessário ter algum triunfo, demonstrando que as “razões” defendidas no âmbito do Fórum podem ser transformadas em “capacidade material de mudar as coisas no mundo” (SADER, 2004). Para tanto bastaria, definir uma “agenda mínima” que unisse a todos que se reúnem nos FSM (mundial, regionais, nacionais, temáticos) na luta contra o neoliberalismo e contra a globalização hegemônica.

Mas, a não existência de uma “agenda mínima” é uma questão crucial para os horizontalistas. Para Whitaker, o fato do FSM não ter um documento final ou uma “agenda mínima” não se trata de uma opção pelo não comprometimento com a luta e com a mobilização necessária no enfrentamento do neoliberalismo, como podem querer interpretar os mais preocupados “em transformar o Fórum em movimento”, segundo ele. O que ocorre é que uma “praça” não faz declarações. É evidente que aqueles que nela se encontram possam fazê-lo, mas nunca serão declarações do Fórum como tal. A leitura de uma declaração, defende o autor, faria com que muitos se afastassem do espaço Fórum, por não aceitarem ou não estarem de acordo com líderes que “estivessem ridiculamente pretendendo conduzi-los do alto de suas árvores e colinas”. Para o autor, esta opção foi bem compreendida pelos participantes do Fórum até agora, que nos encontros tem buscado aderir ao mural de propostas de ação a serem adotadas após o encontro (WHITAKER, 2005).

¹⁵ As manifestações contra a instalação da Guerra no Iraque em fevereiro de 2003 ficaram conhecidas mundialmente, especialmente as ocorridas no dia 15 de fevereiro, como a maior mobilização simultânea da história da humanidade.

Ainda na defesa do Fórum como a “praça”, unicamente o espaço do encontro, Whitaker defende que ao constituir um espaço aberto, o Fórum tem a possibilidade de assegurar o respeito à diversidade, muito mais do que ocorreria se fosse um “movimento”. Deste modo, a disputa interna por maior visibilidade entre as propostas apresentadas poderia colocar tudo a perder. Segundo o autor, é preciso refletir com cuidado sobre o que vem ocorrendo com as marchas e manifestações de rua que encerram o Fórum, por exemplo. Pois, as bandeiras expostas nestes momentos deveriam ser as bandeiras de todos, como expressão visível final da diversidade e da variedade de propostas que no Fórum se abrigam e dele nascem. O poder de atração do FSM estaria justamente no fato de que seus participantes sentem-se respeitados em suas opções, no seu ritmo e na profundidade do seu engajamento. Segundo o autor, a maioria dos participantes vem ao Fórum por convicção própria de que é importante vir para trocar experiências, aprender, articular-se, mantendo a liberdade que tinham antes e que continuarão a ter, durante e depois de sua participação. “Estes participantes não receberão ordens, nem terão que seguir palavras de ordem, não serão cobrados, nem terão que prestar contas do que fizeram ou não, não terão que provar fidelidade e disciplina, não serão expulsos se não o fizerem – todo o contrário do que lhe ocorreria se tivessem ido participar de algum encontro de um coletivo organizado!” (WHITAKER, 2005). O autor se preocupa, portanto, com algumas iniciativas, segundo ele, tomadas por um certo número de movimentos que “são auto denominados movimentos sociais” e parecem apontar na direção contrária.

Segundo Whitaker, preocupados, com razão, com a necessidade de mobilização popular para lutar contra o neoliberalismo, tais movimentos buscam absorver o Fórum para dentro da sua dinâmica mobilizatória, colocando-o a serviço dos objetivos que

perseguem. Tais movimentos não reúnem todos os participantes, mas consideram que seu próprio documento final poderia ser assimilado e apresentado como documento final do FSM, critica o autor. O comitê organizador de tal movimento tem conseguido incluir na programação do último dia do FSM sua plenária final ganhando, ano após ano, uma imagem de assembléia conclusiva do Fórum¹⁶.

Outro ponto falho, segundo o autor, é o de que em um Fórum-espço, as atividades auto-organizadas¹⁷ deveriam ter prioridade na preocupação dos organizadores do evento, uma vez que é através delas que o Fórum funcionaria mais claramente como espaço. Mas, não é isso que vem acontecendo, na avaliação do autor, e os organizadores acabam mais envolvidos na definição de temas e palestrantes das conferências centrais¹⁸, Whitaker propõe uma nova metodologia que, na prática, acabou sendo adotada para o FSM 2005, como veremos com detalhe no Capítulo 3 deste trabalho. A prioridade para as atividades auto-organizadas traduz, na prática, a opção pelo Fórum-espço e não pelo Fórum-movimento e, segundo o autor, seria favorável para que se atingissem mais efetivamente os objetivos do FSM.

Deste modo, os organizadores de cada evento do FSM deveriam ser “pessoas e entidades dispostas a prestar o serviço de organizar o uso da praça sem interferir nos conteúdos que nela se discutam e, muito menos, na liberdade que deve ser garantida às atividades dos participantes, um trabalho de facilitadores e não dirigentes” (WHITAKER, 2005. pp. 172) A implementação destas sugestões no último FSM (Porto

¹⁶ O autor se refere às assembléias da Rede Mundial dos Movimentos Sociais.

¹⁷ Durante os cinco dias de encontro anual do Fórum Social Mundial são realizadas atividades promovidas pelo Comitê Organizador e outras pelas organizações inscritas que desejarem, são as atividades auto-organizadas ou auto-gestionadas, que podem ser oficinas, seminários, painéis, apresentações culturais, manifestos e etc.

¹⁸ Conferências centrais são aquelas cujo tema e palestrantes são decididos pelo comitê organizador e toda a realização da atividade é de responsabilidade deste comitê.

Alegre, 2005) demonstram, na prática, a hegemonia dos horizontalistas na condução do Fórum ao longo de seus cinco anos de existência formal. Como pudemos perceber, a sua influência faz com que as preocupações centrais da disputa pela hegemonia no âmbito de uma sociedade civil global estejam muito mais relacionadas com a “forma” de atuação e a negação das “velhas práticas revolucionárias” do que com o efeito real destas ações sobre a hegemonia neoliberal. Isto faz, na nossa opinião, com que o potencial contra-hegemônico da sociedade civil global seja comprometido.

Na contramão dos horizontalistas, estão os que insistem na materialização dos consensos construídos no interior do FSM. Segundo Leite, o I Fórum, por exemplo, trouxe o movimento mundial contra a globalização neoliberal de forma concreta para o Brasil. Até então, o envolvimento da esquerda brasileira com as iniciativas internacionais tinha sido relativamente pequeno, mas o Fórum permitiu sensibilizar parte significativa do movimento democrático e popular principalmente, por exemplo, para a necessidade de lutar contra a ALCA. Provando que, apesar de ser um “espaço”, portanto sem encaminhamentos práticos, o Fórum teve um papel importante na articulação de lutas concretas contra a globalização na América do Sul e principalmente no Cone Sul do continente. Participaram do I FSM, frisa o autor, mais de 700 argentinos de variados movimentos e correntes políticas, pessoas que não atuavam juntas em seu país e, para as quais o Fórum representou um momento de encontro, de enlace e um ponto de apoio para futuras lutas comuns, como se veria ao longo da crise de 2001 (LEITE, 2003).

Segundo o autor, pareceu claro, desde o princípio, que o Fórum, concebido como espaço amplo de convergência dos que buscavam uma alternativa à globalização

neoliberal, podia prosperar se respeitasse a diversidade de seus componentes, mantivesse sua contundência política, tecesse laços mais estreitos com a juventude e ampliasse sua projeção internacional. Mas ele ainda tinha que ser testado nas alianças, mobilizações e iniciativas que gerara em seu interior, na sua capacidade, portanto, de disputar a hegemonia no seio da sociedade civil global. Suas perspectivas se confundiam fortemente com as do movimento global que nascera em meados da década de 90. Um dos maiores testes, segundo o autor, foi o gigante movimento contra a guerra (fevereiro de 2003), que adquiriu, cada vez mais, a feição de um movimento contra o império norte-americano, apontando as potencialidades do movimento global e também do processo FSM no período recente, mas a soldagem entre a agenda de luta contra o neoliberalismo e a de luta contra a guerra tem que continuar sendo refeita em cada contexto, por isso a importância dos encontros, sim, em um “espaço”, mas que não deixa de apontar lutas e mobilizações (LEITE, 2003).

Sobre a polêmica que coloca em confronto os horizontalistas do Fórum-espaço versus os movimentistas do Fórum-movimento, Santos considera que tal “clivagem” além de se reportar às diferenças políticas dos movimentos ou Ongs dentro do FSM, diz respeito às suas diferenças quanto à natureza política do próprio evento, “de fato esta clivagem percorre todas as outras, já que as diferenças sobre objetivos estratégicos e formas de ação nada mais são muitas vezes do que as diferenças sobre o papel do FSM nesses objetivos e ações”, diz o autor. Santos considera que a concepção Fórum-espaço é de longe dominante nas estruturas organizativas do FSM, tanto na SI (secretaria internacional), como no CI (conselho internacional), embora raramente seja defendida na versão extrema de Whitaker. A novidade política do FSM está, de fato, na sua configuração como um campo de tensões e de dilemas onde o novo e o velho se

confrontam mutuamente. A novidade política do FSM reside no modo como estas tensões têm sido geridas, evitadas e negociadas (SANTOS, 2005).

A polêmica entre as concepções de Fórum espaço e Fórum movimento demonstra, a princípio, fortes indícios de que de fato está ocorrendo uma globalização da participação política. Ambas tendências convergem sobre este ponto. No entanto, a definição por uma das duas posturas no futuro poderá distanciar ou aproximar o Fórum e a sociedade civil que se reúne no seu interior de uma perspectiva contra-hegemônica. Pois, a construção da contra-hegemonia, tal como defendida pelos teóricos da hegemonia, como Gramsci, apontam para a necessidade de construções de alianças com objetivos claros a serem perseguidos.

Partidos políticos não estão convidados

Já na polêmica anterior foi possível identificar o preconceito dos horizontalistas quanto à participação dos partidos políticos - com especial atenção aos partidos revolucionários herdeiros da tradição leninista - de forma oficial nos encontros e instâncias do FSM. Segundo Whitaker, são os partidos que não compreendem o Fórum, pois a ação horizontal em rede nem sempre é compreendida por aqueles que se sentem temerosos de perder o monopólio da representação e da atuação política. É sugerida, então, uma atitude completamente passiva aos partidos, alegando que fariam melhor se ouvissem, atentos, o que a sociedade civil diz e faz, e procurassem incorporar em seus programas e ações os anseios e experiências da multiplicidade de iniciativas que vão se tornando

visíveis com o Fórum. Mas, eles só podem observar, porque uma vez admitidos como participantes tentariam “partidarizar” o movimento e conquistar o poder da condução política do processo. Somente com o afastamento das ambições partidárias, portanto, o Fórum poderá exercer sua vocação de construção de um novo mundo, para os horizontalistas (WHITAKER, 2005).

Entre os movimentistas, quanto à participação dos partidos políticos no FSM, é interessante notar que não encontramos uma posição radicalmente defensora da importância de sua inclusão e participação efetiva. Encontramos uma posição muito mais flexível e menos contundente na hora de fazer esse debate. Identificamos, no seio desse campo, duas linhas de pensamento que apostam na importância dos partidos no processo FSM, sem, porém, comprar o debate frontal para a garantia de sua participação. Uma delas aponta que, sem o apoio decisivo do PT, por exemplo, como partido do governo do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre não teria sido possível realizar o FSM com a ambição que o caracterizou desde o início. Seguindo essa linha de pensamento, Santos, no livro *FSM – manual de uso* (2005), considera que o problema da relação entre partidos e movimentos não pode ser resolvido em abstrato, pois as condições históricas e políticas variam de país para país e podem ditar respostas distintas em contextos diferentes. A relação entre partidos políticos (especialmente de esquerda) e o FSM deverá continuar, por sugestão do autor, a ser debatida nos diferentes países onde os fóruns tiverem lugar, não cabendo uma decisão generalizável (SANTOS, 2005).

Uma outra linha de pensamento, presente dentro do campo dos “movimentistas”, não defende a incorporação direta dos partidos como participantes ou organizadores do

Fórum, mas indireta, através da sua influência nas lutas em curso no movimento global, e por intermédio da ação de seus militantes em diversas associações e organizações civis. Segundo os defensores dessa participação “indireta” dos partidos, existe hoje uma crise de representação política da esquerda que se manifesta, tanto no fracasso de iniciativas internacionais como o Fórum de São Paulo¹⁹, como na distância entre partidos e o novo movimento antiglobalização, mas, ao contrário do que pensam os “horizontalistas”, os movimentistas crêem que o próprio Fórum pode contribuir para acelerar a recomposição política da esquerda em diferentes terrenos e superar a crise de representação. Essa tese é defendida no livro *Fórum Social Mundial – a história de uma invenção política* de José Corrêa Leite (2003).

Uma terceira tendência, que não pode ser chamada de linha ou campo propriamente atuante no debate, por ter pouca produção concreta e pouco acesso aos fóruns decisórios do FSM, estaria principalmente sob a condução de organizações, movimentos e intelectuais influenciados por partidos comunistas como da Índia, Cuba e Brasil. Mas que, além de terem pouca influência organizada nas estruturas do Fórum, com exceção de Índia e Brasil por terem sido sede de edições do Fórum, não contam com a afinidade analítica, no que diz respeito ao FSM, de partidos comunistas importantes como da Grécia e de Portugal para levar a frente esse debate.

A polêmica sobre a participação dos partidos no Fórum nos remete à duas questões. Uma é sobre a própria ação da globalização hegemônica, que, através de seu discurso neoliberal, mais preponderante desde o início dos anos 90, com a derrota da URSS,

¹⁹ O Fórum de São Paulo é um encontro de partidos políticos de esquerda da América Latina criado em 1990 por iniciativa do Partido Comunista Cubano e do Partido dos Trabalhadores do Brasil. O primeiro encontro ocorreu em São Paulo com a presença de 48 partidos e organizações. Desde então, o encontro acontece em média de dois em dois anos em algum país latino-americano.

introduziu no imaginário popular e nas discussões políticas uma forte rejeição ao papel de Estados, governos e partidos. Sob este ponto de vista, a época dos partidos teria findado, uma vez que estes surgiram para responder a situações históricas já ultrapassadas e já tendo cumprido sua função não poderiam responder às exigências de uma realidade social profundamente transformada. Este discurso foi amparado não só na queda do leste europeu como na guinada de partidos revolucionários europeus, como o PCI e o PCF, para uma social democracia liberalizante.

A segunda questão, a que nos referimos, é que a lógica nos levaria a crer que uma vez a globalização hegemônica estando empenhada em demonstrar o fim da era dos partidos como atores fundamentais na promoção da transformação social, o papel da globalização contra-hegemônica seria trabalhar na revalorização dos partidos como meios de representação política e instrumento de ação social. No entanto, a emergência de um movimento social global no repúdio à globalização neoliberal e a insignificância da contribuição dos partidos para o êxito das gigantescas marchas como a de Seattle (1999), por exemplo, levou à generalização de uma conclusão, mesmo dentro do campo contra-hegemônico, de que estamos na era da decadência dos partidos políticos, fazendo coincidir os dois discursos.

Esta contradição tem sido expressa em cada edição do FSM, com matizes diferentes, como veremos no capítulo 3 ao comparar o FSM de Mumbai (2004), com o de Porto Alegre (2005). Vejamos como Saramago expressou, em carta lida no encerramento do FSM 2002 (Porto Alegre), o forte sentimento de descontentamento com os partidos, manifestado no seio da globalização contra-hegemônica:

E também tenho dito que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tal qual se encontra redigida, e sem necessidade de lhe alterar sequer uma vírgula,

poderia substituir com vantagem, no que respeita a retidão de princípios e clareza de objetivos, os programas de todos os partidos políticos do orbe, nomeadamente os da denominada esquerda, anquilosados em fórmulas caducas, alheios ou impotentes para enfrentar as realidades brutais do mundo atual, fechando os olhos às já evidentes e temíveis ameaças que o futuro está a preparar contra aquela dignidade racional e sensível que imaginávamos ser a suprema aspiração dos seres humanos (SARAMAGO, 2002).

A polêmica existente sobre a participação dos partidos revela um dos principais limites do campo da globalização contra-hegemônica como um todo. Pois, o decreto da incapacidade dos partidos de atuarem como atores centrais nas atividades do movimento antiglobalização e dos fóruns sociais mundiais cria sérios obstáculos à construção dos pilares da contra-hegemonia. A conquista de uma outra hegemonia prevê conquista do poder político e se esta conquista está descartada em escala mundial, por não existir tal coisa como um Estado-mundial, ela não está descartada no cenário nacional e local. Aliás, o que tem se demonstrado nos últimos anos é que a mudança de perspectiva, com a ascensão de partidos progressistas e de esquerda em governos nacionais, principalmente na América Latina, tem produzido impactos na globalização hegemônica. Basta observarmos as últimas reuniões da OMC, em Cancun e Hong Kong. Portanto, vencer o impasse sobre a participação dos partidos pode representar um passo importante para que o Fórum Social Mundial assuma de fato sua vocação contra-hegemônica.

Mundialização ou colonização?

Os “horizontalistas” são bastante otimistas quanto à terceira polêmica, a da real mundialização do FSM. Segundo essa tendência, como principal promotora do processo FSM estaria uma já consolidada sociedade civil planetária. Pois, ao se afirmar como “espaço” e afastar as ambições partidárias, o Fórum deu o passo que já vinha sendo

experimentado pelos movimentos populares e cívicos, insurgindo-se contra a dominação da cultura política da ação comandada de cima para baixo. Isto faz surgir um novo ator político: a sociedade civil planetária, com a dimensão e a articulação mundial que tem o sistema liberal atualmente hegemônico. Tal sociedade civil planetária está fundada, segundo Whitaker, sob novas formas de atuação política, livre da tendência autoritária das “velhas práticas” e absolutamente diversificada e plural. Não cabendo a ela unificar uma proposta ou um projeto de “outro mundo”, mas estimular a proliferação de micro e macro projetos que por si só já caracterizam a invenção do novo mundo (WHITAKER, 2005).

Neste ponto, gostaríamos de nos deter e problematizar algo que consideramos uma tentativa de “colonização” dos movimentos sociais ao redor do mundo. Whitaker defende que o FSM, no seu processo de expansão pelo mundo, precisa criar espaços, articulações e novas ações. O Fórum deve ser vivido em nível regional e local, multiplicando a criação de “espaços” tipo Fórum. A idéia é reforçada pela proposta de outro “idealizador”, Oded Grajew, que pensa na realização de fóruns locais que se relacionem em rede. O raciocínio deles pode ser bem resumido na seguinte passagem:

O que precisamos é assegurar a entrada do método Fórum na cabeça e na prática das pessoas lá onde elas estão atuando, ou seja, convidá-las a refletir sobre o novo modo de fazer política que o Fórum está propondo, e a “vivê-lo” concretamente²⁰.

Deste modo, a ida ao encontro mundial se resumiria a uma espécie de estágio para “aprendizagem” de como criar novos espaços e articulações, como debater, como fazer política. Os idealizadores chegam a sugerir a formulação de uma cartilha ou jornal, de fato distribuída no FSM 2005 (Porto Alegre), que explique como promover o

²⁰ WHITAKER, F. *Mensagem de Chico Whitaker sobre mobilização*. Circulação interna em reunião do Comitê Organizador Brasileiro do V FSM (2004).

“enraizamento” do Fórum, demonstrando um roteiro de trabalho com a carta de princípios do Fórum em destaque.

Presenciamos uma reunião do Comitê Organizador do FSM 2005, realizada em outubro de 2004, e discorremos a seguir sobre alguns pontos do debate. Para a representante da ABONG, é preciso ter cuidado com a idéia de construir “mini-fóruns”, uma vez que já existem articulações locais através das quais se poderia potencializar o Fórum. Não seria interessante adotar um padrão, ao que a representante da Marcha Mundial de Mulheres chamou de “dar aula de Fórum”. O objetivo, segundo a dirigente feminista, deveria ser articular as diversas campanhas em forma de “rede” e não apenas trazê-las para estarem expostas na vitrine do Fórum Social Mundial. Esta articulação de campanhas deveria dar perspectiva a uma imensa gama de pessoas que são atraídas para o Fórum, mas que não estão inseridas em nenhum movimento.

O representante da ATTAC considerou que as duas concepções são complementares, ou seja, é preciso potencializar as articulações já existentes e incentivar a organização de “mini-fóruns” onde não existe movimento. Idéia complementada pelo representante da CUT, que considera as novas práticas desenvolvidas nos movimentos como indícios do novo mundo, que, embora ainda não exista, é palpável dentro das redes. Durante o debate, Whitaker concordou com a idéia, ressaltando que estas redes são um “tecido de gentes” que estão se reunindo de uma forma diferente, pessoas e movimentos, até então divididos, passam a atuar em conjunto. Deste modo, a “nova” prática está expressa na criação de rádios comunitárias, na organização da economia de forma solidária, na adoção do software livre, que também tem suas organizações impulsionadoras e defensoras, formando uma rede de redes, uma rede de campanhas. Para reforçar seu

argumento, Whitaker destaca que nunca todos poderão estar em Porto Alegre, e essas pessoas precisam ter a oportunidade de vivenciar esta experiência nova.

Até aqui tudo bem, o que salta aos olhos, no entanto, ao se analisar as idéias dos organizadores do Fórum Social Mundial, é a concepção de padrão, homogeneidade, modelagem dos movimentos sociais de todo o mundo. Como se, para ser promovido à rede dos “novíssimos” movimentos sociais fosse preciso ter, não somente identidade de idéias, mas igualdade de formas e concepções. É preciso seguir uma cartilha, seguir fielmente a carta de princípios, trilhar os passos detalhados que explicam como se faz o novo, o diferente, o “contra-hegemônico”.

Espanta que os defensores da diversidade sejam tão preocupados com padrões e normas a seguir. Para fazer parte do movimento global contra-hegemônico, é preciso se vestir, comer, se comunicar, se relacionar de acordo com o que pode ser aprendido durante os breves dias de encontro mundial, tais como os de Porto Alegre e o de Mumbai. Depois, ao retornar para suas cidades, as organizações e movimentos deverão reproduzir o encontro em versão mini, local, regional, com a mesma estrutura, o mesmo padrão, os mesmos debates e as mesmas “práticas” da nova geração política. Se tal padronização é necessária para abolir o velho e se instaurar o “novo”, este novo ao nosso ver está fadado ao fracasso.

Se o objetivo é a formação de uma rede composta de um “tecido de gentes”, fazendo de forma absolutamente igual o “diferente”, então o Fórum Social Mundial não tem nada a ver com o proposto. O que pudemos perceber no penúltimo encontro, em Mumbai, foi exatamente a explosão da falta de padrão, das características peculiares de cada grupo

humano, que se iguala somente na luta por um mundo menos opressor e mais igualitário. O interessante é que tais idéias “hegemonistas” surgem justamente daqueles que mais criticam o “verticalismo” das “velhas práticas” políticas.

Este tipo de mundialização da participação política, através do Fórum e da construção da contra-hegemonia, se aproxima, a nosso ver, mais de uma colonização dos movimentos sociais. Nada tem a ver com a busca de estabelecimento de alianças e construção de propostas que caracteriza a formação de blocos contra hegemônicos no interior de uma sociedade civil, como analisada por Gramsci, por exemplo.

Por sua vez, os “movimentistas” são bem mais pessimistas ao avaliar a real mundialização do Fórum Social Mundial. Em especial pela escassa participação da África e da Ásia. Mesmo no Fórum em Mumbai a participação africana foi bastante baixa. O que se agrava ainda mais se levarmos em conta que a ausência de movimentos e de organizações desses continentes reflete-se, em parte, na lacuna de temas e de debates especificamente adequados a suas realidades e relevantes para elas (SANTOS, 2005). Neste sentido, o FSM de Mumbai (Índia 2004) foi um passo decisivo para a globalização do processo do FSM, tendo em mente a internacionalização como construção de alianças e não como adesão condicionada a padrões pré-estabelecidos pelos “idealizadores” do Fórum.

Segundo Leite, um grave problema que se apontou desde o princípio para o Fórum foi o da sua precária mundialização. Apesar de boa parte da luta contra a globalização neoliberal estar se dando no mundo anglo-saxão e na Ásia, o Fórum esteve centrado nas delegações e nos movimentos da América Latina e Europa (com participação quase

insignificante do leste europeu). Em segundo lugar, considera o autor, o FSM não podia ter seu formato definido apenas por um comitê organizador brasileiro²¹, pois nenhuma composição unicamente nacional daria ao comitê condições de lidar com os complexos problemas postos por um evento que ambicionava ser planetário, ainda mais considerando que nenhuma entidade brasileira tinha sido, até então, agente central do processo mundializado de lutas. Para o autor, esta questão começaria a ser equacionada em junho de 2001 com a constituição de um conselho internacional²² do FSM, que teria um certo envolvimento na preparação da edição de 2002, e uma participação real na organização do evento de 2003 e nos seguintes. Deste modo, o FSM ajuda a dar consistência ao novo internacionalismo que, abertamente, desde Seattle, vem se espalhando pelo mundo, confrontando a globalização neoliberal e contribuindo para alterar o clima ideológico do mundo atual, ajudando a romper com a hegemonia do pensamento e dos valores mercantis, neoliberais e crescentemente militaristas (LEITE, 2003).

Dentro da estrutura organizativa do FSM, o comitê indiano, que organizou o Fórum de Mumbai, também tem contribuído na tentativa de equacionar o dilema da mundialização do FSM. Segundo Amit Sen Gupta, representante do comitê:

Em muitas partes do globo, o processo FSM ainda é superficial e iniciante, isso inclui regiões relativamente bem representadas nos eventos. Isso não significa que não haja movimentos nessas regiões contra a globalização neoliberal – mas sim, que em muitas regiões o processo FSM não envolve, de forma central, esses movimentos. Como resultado, os eventos do FSM podem não captar a diversidade de movimentos de uma região específica ou de um país. (...) Uma coisa é dizer que o FSM representa um grande número de países, mas é

²¹ Após o primeiro Fórum Social Mundial foi criado um comitê organizador de oito entidades brasileiras, incluindo a representação brasileira da ATTAC. Este comitê já mudou de nome, passando a ser chamado secretaria internacional ou grupo de facilitação, mas continuou tendo muito poder na condução do FSM. Ver composição do comitê em anexo.

²² Ver no Anexo I.

diferente dizer que ele representa a diversidade de movimentos e processo contra a globalização neoliberal desses países.²³

O comitê indiano aponta, portanto, que o problema não está em “ensinar” a fazer mini-fóruns ao redor do mundo, como estratégia de mundialização, mas sim envolver as movimentações anti-neoliberais já existentes e convergentes com os propósitos contra-hegemônicos do FSM. A equação deste dilema se demonstra fundamental para a verificação da real mundialização do processo Fórum e conseqüentemente de uma embrionária sociedade civil global.

Algumas conclusões

Ao longo deste capítulo apresentamos a emergência de um movimento social global que surge em meados da década de 90 e atinge seu ápice com a batalha de Seattle, em 1999. Como síntese dos movimentos sociais globais nasce, no início dos anos 2000, o Fórum Social Mundial, iniciando um processo que denominamos de globalização da participação política. A atividade dos movimentos sociais apontados se dá com base em alianças firmadas no seio de uma nova arena, que identificamos como embrionária de uma sociedade civil global e com forte influência na formação de um campo contra-hegemônico dentro da globalização.

Revelamos que a ação destes movimentos não se dá em relação a um Estado mundial, mas a uma governança global que tem como protagonistas Estados centrais do capitalismo, grandes corporações empresariais e agências multilaterais. A consolidação desta governança global é percebida através de uma crescente internacionalização dos

²³ “Expansão do Fórum Social Mundial – Algumas questões e sugestões”, documento apresentado pelo comitê organizador indiano na reunião do Conselho Internacional do FSM, Porto Alegre, janeiro de 2005.

fóruns decisórios internacionais e multilaterais, como apontado nos estudos de Pianta, e pelo aumento da influência das decisões tomadas nestes fóruns nos rumos de comunidades nacionais e locais.

Através da problematização das tensões presentes no interior do Fórum Social Mundial, entre horizontalistas e movimentistas, materializadas nas polêmicas: Fórum-espço x Fórum movimento; participação de partidos e mundialização; traçamos um mapa da construção da contra-hegemonia através dos movimentos sociais globais e seus principais dilemas. O entendimento destas contradições se demonstrou inevitável para a identificação da capacidade contra-hegemônica dos novos mecanismos de participação política, em nível mundial, desencadeados através dos movimentos antiglobalização e do Fórum Social Mundial.

Nosso próximo passo será analisar através de dados empíricos, em especial dos dois últimos FSM, Mumbai – 2004 e Porto Alegre – 2005, como se materializa a globalização da participação política, a formação de uma sociedade civil global e a construção da contra-hegemonia dentro da globalização.